

■ CAPÍTULO 3 ■

O FETICHE DA MERCADORIA

A análise da mercadoria é a parte central da análise do capital, pois uma das mercadorias que é comprada e vendida, a saber, a força de trabalho, é que está na origem e no movimento do surgimento e acumulação do capital.

Segundo Marx, a mercadoria parece simples, mas ela é estranha, cheia de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas:

a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 81)

Ou seja, a mercadoria aparece como algo do mundo natural, do mundo físico, não ostentando a sua natureza mais própria, a de ser um produto social, nem ostentando a sua própria gênese, de tal forma que “uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 81). Como apregoado na citação, uma mercadoria é trocada por outra. Feijão é trocado por arroz ou ambos são trocados por dinheiro. Tudo aparece como se as próprias coisas fizessem parte de um mundo voluntarista de objetos, como se não houvesse ação humana envolvida no processo: na crença das pessoas, “os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos [...] Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias” (MARX, Karl. *O*

capital: crítica da economia política. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 81).

Marx terá como intenção expor as mercadorias como objetivações de trabalho humano, como depositárias de trabalho humano. No prefácio de *O capital*, ele afirma: “a célula econômica da sociedade burguesa é a forma mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a forma de valor assumida pela mercadoria” (MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 4). É assim que se pode afirmar que o trabalho assume nos produtos a forma do valor. (MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 83) A maneira pela qual Marx pretende desmascarar o fetiche da mercadoria é pela teoria do valor. Se as mercadorias têm um valor na troca, tal valor tem sua explicação a partir do trabalho humano que se deposita em cada produto ou mercadoria.

Nesse sentido, ele pretende ter encontrado uma lei que regula o valor da troca, lei esta que tal como a lei da gravidade não depende da vontade das pessoas. Tal lei pode ser formulada do seguinte modo: o valor da mercadoria é determinado pela quantidade de tempo de trabalho despendido na produção do objeto, ou seja, o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção (MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 84).

Este, segundo o autor de *O capital*, é o segredo oculto nos valores visíveis das mercadorias.

Como surge na história este caráter fetichista da mercadoria? Segundo ele, nem sempre foi assim. Por exemplo, na Idade Média, com o modo de produção feudal, não havia a figura do indivíduo independente, pois quase todos eram servos da gleba. Essa relação de dependência servil entre as pessoas tornava desnecessário o fetiche da mercadoria. Tudo lá se media diretamente pela quantidade de trabalho. Não havia um mundo de mercadorias encantado que obliterava esse aspecto tão importante: “as relações sociais entre as pessoas na realização de seus trabalhos revelam-se como

suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas, entre produtos do trabalho” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 86), ou seja, “o dízimo pago ao cura é mais palpável que sua bênção” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 86). Em um mundo assim, o dízimo, por exemplo, é traduzido diretamente em uma quantidade de trabalho. Do mesmo modo, tudo o que uma família produz para o seu sustento, trigo, gado, roupa, “essas coisas diversas são, para a família, produtos diversos do seu trabalho, mas não se confrontam entre si como mercadorias” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 87). Já em uma sociedade de produtores, estes tratam seus produtos como mercadorias, valores, e assim comparam seus trabalhos, sob a aparência das mercadorias. (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 88) Neste último sentido, arremata Marx, tem-se uma sociedade na qual “**o processo de produção domina o homem e não o homem o processo de produção**”, porque é como se o mundo das mercadorias se fizesse autônomo, de tal modo que o fetiche do capital seria análogo à crença fisiocrática de que a renda da terra originar-se-ia do solo e não da sociedade, via trabalho (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 92).

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 90.

Se por um lado o mundo das mercadorias é um fetiche, por outro lado não se deve confundir o valor de uso com o valor de troca. O valor de uso, embora interesse aos homens, não é o atributo material das mercadorias, pois o valor de uso não permitiria que elas fossem comparadas e trocadas entre si. O valor de troca é o que caracteriza naturalmente as mercadorias, pois é o que permite o comércio, a troca entre elas.

É nesse ponto que termina o capítulo I de *O capital*. O capítulo II tratará da troca e o III do dinheiro. A isso se segue o IV, o qual trata de como o dinheiro se transforma em capital. Só depois Marx tratará da produção e da mais-valia. (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 1980, p. 92) A exposição que se segue versará sobre a explicação da mais-valia.

3.1 A MAIS-VALIA

O comércio explica-se porque “não é com os pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 94). **Sobre este fato se alicerça o direito privado, cuja base reside no direito de propriedade e no direito de contratar.** Para tal ramo do direito, as pessoas “só existem, reciprocamente, na função de representantes de mercadorias e, portanto, de donos de mercadorias” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 94). *O capital* parece advir do comércio, mas isso não é verdade. O comércio é só uma forma derivada de acumulação, isso porque “o valor excedente (mais valia) não pode originar-se na circulação e que, ao formar-se, algo tem de ocorrer fora dela e nela imperceptível” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 185). É preciso explicar isso melhor.

O que realmente cria valor acresce valor às coisas e, portanto, o que permite a acumulação de capital pelo seu aproveitamento é somente o trabalho, por meio do qual, “o mesmo material tem agora mais valor, por conter maior quantidade de trabalho. O sapato tem mais valor do que o couro, mas o valor do couro permanece o que era, não aumentou, não adquiriu valor excedente (mais valia) no período de fabricação do sapato” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 185-186).

Poder-se-ia dizer que do comércio só surgirá capital a partir do trabalho dos que atuam no comércio e não da própria compra e venda das mercadorias, pois, in casu, “o tempo de produção é acrescido pelo necessário à venda” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 189), feito pelos operários que vendem as mercadorias.

Desenha-se, desse modo, um dilema. Por um lado, não se pode sair do comércio, porque a sociedade dos produtores reduziu tudo à mercadoria. Por outro lado, o comércio por si mesmo não gera mais-valia, ou seja, não gera capital. No comércio, o capital é apenas o somatório dos valores que foram incorporados previamente aos produtos. Marx somente conseguiria solucionar esse dilema se encontrasse uma mercadoria *sui generis*, objeto de compra e venda no comércio, “uma mercadoria cujo valor-de-uso possua a propriedade peculiar, de ser fonte de valor” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 187). Na verdade, há uma mercadoria que é a única que tem a capacidade de crescer valor às coisas, uma mercadoria cuja compra e venda se transforma em capital, a saber, o trabalho.



Pesquise sobre como ocorre a compra e venda de ações nas bolsas de valores pelo mundo. Pode existir valor de trabalho presente nas transações realizadas em tal comércio?

O trabalho é uma mercadoria vendida e comprada livremente no mercado. Nem sempre isso foi assim. No modo de produção feudal, vigente durante a Idade Média, o servo estava preso às relações servis para com o senhorio feudal. Para que se configure um mercado de mão de obra, o próprio possuidor da força de trabalho tem que vendê-la, ou seja, ele tem que ser proprietário livre de sua capacidade e trabalho. Ademais, para que haja continuidade dessa relação de compra e venda, esse possuidor da força de trabalho terá que vendê-la, em primeiro lugar, sempre por um tempo determinado, pois se a venda fosse para sempre, ele perderia o caráter de vendedor de mercadoria para se transformar ele próprio em uma mercadoria, um escravo. É assim que ele pode, ao mesmo tempo, vender a sua força de trabalho e se manter um proprietário. Em segundo lugar, “o dono dessa força não pode vender mercadorias em que encarne trabalho, e é forçado a vender sua força de trabalho que só existe nele mesmo” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 188). Isso ocorre porque “quem quiser vender mercadoria que não seja

O trabalho é uma mercadoria vendida e comprada livremente no mercado. Nem sempre isso foi assim. No modo de produção feudal, vigente durante a Idade Média, o servo estava preso às relações servis para com o senhorio feudal. Para que se configure um mercado de mão de obra, o próprio possuidor da força de trabalho tem que vendê-la, ou seja, ele tem que ser proprietário livre de sua capacidade e trabalho. Ademais, para que haja continuidade dessa relação de compra e venda, esse possuidor da força de trabalho terá que vendê-la, em primeiro lugar, sempre por um tempo determinado, pois se a venda fosse para sempre, ele perderia o caráter de vendedor de mercadoria para se transformar ele próprio em uma mercadoria, um escravo. É assim que ele pode, ao mesmo tempo, vender a sua força de trabalho e se manter um proprietário. Em segundo lugar, “o dono dessa força não pode vender mercadorias em que encarne trabalho, e é forçado a vender sua força de trabalho que só existe nele mesmo” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 188). Isso ocorre porque “quem quiser vender mercadoria que não seja

sua força de trabalho, tem de possuir meios de produção, como matérias-primas, instrumentos de produção etc. Não pode fazer sapatos sem couro. Precisa além disso de meios de subsistência” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 189).

No jargão marxista, para transformar dinheiro em capital, **o seu possuidor tem** que encontrar o trabalhador como livre, ou seja, com capacidade de dispor livremente de sua força de trabalho, e como despojado dos meios de subsistência, não possuindo nada mais do que a mercadoria ‘trabalho’ para vender:

só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da história da humanidade. O capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social. (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 190)

De fato, pode-se observar sem maiores dificuldades que quando a pessoa adquire bens suficientes para prover a sua subsistência, ela em geral deixa de trabalhar, por exemplo, quando ganha na loteria. Como evidencia Marx, “se os trabalhadores pudessem viver do ar, não se poderia comprá-los por nenhum preço” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 697). Evidentemente, observa Marx, não é a natureza que gera possuidores de dinheiro e possuidores de trabalho. **Isso decorre de uma relação social que dissociou o valor-de-uso e o valor-de-troca.**

A sociedade dos produtores é dividida, desse modo, entre os que detêm para vender a sua força de trabalho e aqueles que têm outras mercadorias além da sua força de trabalho. É este último grupo que pode comprar a força de trabalho, porque dispõe de outras mercadorias na transformação das quais poderá consumir a força de trabalho comprada. Com isso, o dono de tais mercadorias conseguirá acrescer valor às mercadorias que já possui, por exemplo, transformando couro em sapato.

Acontece que ninguém vive de produtos do porvir. O proletário

tem que consumir víveres antes de poder produzir e durante a produção, pois “se os produtos assumem a forma de mercadoria, têm de ser vendidos depois da produção, e só podem satisfazer às necessidades do produtor depois da venda” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 189). Marx encara o contrato de trabalho como um contrato de aluguel, em que o trabalhador adianta crédito ao capitalista (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 195).



Um exemplo para retratar a ideia marxista de que as necessidades imprescindíveis para uma vida digna são um produto histórico são as mudanças da obrigatoriedade do ensino público em nosso país. A partir da década de 90, o Ensino Fundamental se tornou obrigatório e desde 2007 o Ministério da educação está trabalhando a proposta de tornar o Ensino Médio também obrigatório em nosso país.

Marx nomina como necessidades naturais a serem supridas: alimentação, roupa, aquecimento, habitação. Porém, apostrofa ele, “a extensão das chamadas necessidades imprescindíveis e o modo de satisfazê-las são produtos históricos [...] Um elemento histórico e moral entra na determinação do valor da força de trabalho”, (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 191) de tal forma que o custo da reprodução da força de trabalho é variável.

A variável pela qual se mede o custo da mercadoria trabalho se dá pela soma da quantidade de tempo de trabalho depositada nos víveres que ele precisa para reproduzir diariamente a sua força de trabalho: “o valor da força de trabalho é determinado como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário a sua produção e, por consequência, a sua reprodução” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 191).

A reprodução da força de trabalho depende de meios de subsistência, de víveres, para cuja produção há um gasto de força de trabalho, de tal forma que, como dito há pouco, a soma da força de trabalho incita aos bens de subsistência para manter vivo (este é o

limite último ou mínimo do valor da força de trabalho) o trabalhador, que constitui o valor daquela mercadoria, a saber, o trabalho. (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 191) Por óbvio, há que se computar na reprodução da força de trabalho não só a subsistência do próprio trabalhador, mas também a sua substituição no futuro, ou seja, a reprodução da prole e da educação desta última. (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 192)

Tem-se agora configurada uma mercadoria disponível no mercado que pode ser comprada e vendida, a qual descortinará, finalmente, o mistério da mais valia: “o processo de consumo da força de trabalho é ao mesmo tempo o processo de produção de mercadoria e de valor excedente (*mais valia*)” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 196). Para isso acontecer, ter-se-á que abandonar a esfera da circulação e da compra e venda de mercadorias, incluso o trabalho. Essa esfera para Marx é o **paraíso da ilusão**, no qual todos pensam ser livres e iguais: o mercado “é realmente um verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem. Só reinam aí liberdade, igualdade, propriedade e Bentham”. (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 196) A menção a Bentham se explica porque, segundo ele, cada um só cuida de si com relação aos partícipes do mercado:

a única força que os junta e os relaciona é a do proveito próprio, da vantagem individual, dos interesses privados. E justamente por cada um só cuidar de si mesmo, não cuidando ninguém dos outros, realizam todos, em virtude de uma harmonia preestabelecida das coisas, ou sob os auspícios de uma providência onisciente, apenas as obras de proveito recíproco, de utilidade comum, de interesse geral. (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 197)

Saindo dessa esfera a partir da qual as teorias contratualistas operam, algo se transforma na fisionomia dos personagens envolvidos no contrato, mormente no contrato de trabalho. Os dois personagens envolvidos, ao adentrarem na fábrica, se mostram no que

realmente são: o capitalista “com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo (o trabalhador) tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 197).

O que resulta do consumo do trabalho na fábrica será um produto com valor-de-uso e ele **pertencerá ao capitalista**. (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 205) Na verdade, a produção na fábrica tem dois objetivos. O primeiro é produzir valor-de-troca; os valores-de-uso, apontados acima, só são produzidos por deterem valor de troca. O segundo é produzir um produto com valor mais elevado do que o conjunto dos valores pagos no processo de sua produção, para o qual o capitalista antecipou o dinheiro. Dito claramente, ele quer um valor excedente, a *mais valia*.

Para se explicar a mais-valia é necessário ter ciente que o valor de qualquer mercadoria **é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor-de-uso** e que as mercadorias são sempre quantidades de trabalho materializadas. No entanto, o ponto que explica o surgimento da mais-valia é o seguinte: “o valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são portanto duas magnitudes distintas” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 218). Era justamente essa distinção que era visada pelo capitalista quando da compra da força de trabalho, ou seja, “o decisivo foi o valor-de-uso específico da força de trabalho, o qual consiste em ser ela fonte de valor e de mais valor que o que tem”. (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 218) A compra e venda da mercadoria trabalho implica que o vendedor dela, no caso, o trabalhador, realiza seu valor-de-troca ao receber o salário, e, com isso, aliena seu valor-de-uso. Para receber um tem que transferir o outro. O preço pago em razão do valor-de-troca da força de trabalho dá ao comprador todo o valor-de-uso desta. O ponto para o excedente está em que o exercício do valor-de-uso da força de trabalho (o consumo de seu valor-de-uso) pode gerar mais valor do que o valor-de-troca que lhe foi pago. Por exemplo,

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 211.

o exercício do valor-de-uso da força de trabalho por meio-dia de serviço é suficiente para pagar o valor-de-troca que lhe foi pago por um dia inteiro. Do meio-dia excedente se apropria aquele que comprou a mercadoria. **É isso que é visado no contrato de trabalho.** Desse modo se explica a mais valia. Nas palavras de *O capital*: “o valor que sua utilização [do trabalho] cria num dia é o dobro do próprio valor-de-troca. Isto é uma grande felicidade para o comprador, sem constituir injustiça contra o vendedor” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 218). Conclui Marx, finalmente:

ele tira, contudo, da circulação 3 xilins mais do que nela lançou. Essa metamorfose, a transformação de seu dinheiro em capital, sucede na esfera da circulação e não sucede nela. Por intermédio da circulação, por depender da compra da força de trabalho no mercado. Fora da circulação, por esta servir apenas para se chegar à produção da mais valia, que ocorre na esfera da produção. (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 219)

Portanto, a distinção entre a quantidade de trabalho necessária para produzir o equivalente do valor-de-troca que o capital paga pela mercadoria trabalho e o trabalho excedente a esta quantidade é fundamental para se entender **o conceito de mais valia**, como já exposto.

Deve-se acrescentar que há duas formas de se produzir mais-valia. Uma foi aquela descrita há pouco, na qual a jornada de trabalho é maior do que aquela necessária para pagar o valor dispendido na compra da mão-de-obra. A segunda se dá pelo aumento da produção, ou seja, pela melhoria tecnológica e por novos procedimentos. Neste último caso, não se aumenta a quantidade de horas de trabalho, mas a quantidade de produtos produzidos, ou seja, diminui-se o tempo de produção de cada produto. Ao primeiro tipo, Marx chama de mais valia absoluta, e ao segundo tipo



Pense numa interpretação para essa imagem considerando que a pessoa sentada na carroça seja o capitalista e os que a puxam sejam aqueles que trabalham para o capitalista. Considere como a mais valia ocorre, de acordo com Marx, para que a exploração do capitalista com relação a seus funcionários seja possível. E o contrato social, esse conceito que você estudou detalhadamente e viu várias interpretações na disciplina de Filosofia Política II, possibilita essa situação? Como possibilita?

de mais valia relativa: “chamo de mais valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho” (MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. [2 v.] 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 363).